

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM SURDEZ E O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO

Juciana Alves de Sousa da Silva

RESUMO

Este artigo busca demonstrar alguns aspectos da educação inclusiva e as dificuldades do processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais relacionada à perda auditiva, mais especificamente no campo da Psicopedagogia institucional. Menciona, também, o compromisso profissional do psicopedagogo aliado a competências e habilidades que possibilitam o processo de ensino/aprendizagem, a construção de conhecimento e estabelecimento de vínculos positivos entre o aluno e a escola. Além disso, procura abordar a história do surdo na educação, ao longo da história até o presente momento, em que, vive-se a educação inclusiva, que facilita a integração social do aluno surdo na rede regular de ensino.

Palavras-chave: Surdez. Dificuldades na Aprendizagem. Psicopedagogia. Ambiente Escolar. Inclusão.

RESUMEN

Este artículo busca demostrar algunos aspectos de la educación inclusiva y las dificultades del proceso de aprendizaje de los alumnos con necesidades educativas especiales relacionadas con la pérdida auditiva, más específicamente en el campo de la Psicopedagogía institucional. También menciona el compromiso profesional del psicopedagogo aliado a competencias y habilidades que posibilitan el proceso de enseñanza / aprendizaje, la construcción de conocimiento y el establecimiento de vínculos positivos entre el alumno y la escuela. Además, trata de abordar la historia del sordo en la educación, a lo largo de la historia hasta el momento, en que, se vive la educación inclusiva, que facilita la integración social del alumno sordo en la red regular de enseñanza.

Palabras clave: Sordera. Dificultades en el Aprendizaje. psicología de la educación. Ambiente Escolar. Inclusión.

1. INTRODUÇÃO

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas.

A crença de que o surdo era uma pessoa primitiva fez com que a ideia de que ele não poderia ser educado persistisse até o século XV. Até aquele momento eles viviam totalmente à margem da sociedade e não tinham nenhum direito assegurado.

A partir do século XVI tem-se notícias dos primeiros educadores de surdos. Segundo Goldfeld,

“Os educadores, assim como atualmente, criaram diferentes metodologias para ensinar os surdos. Alguns se baseavam apenas na língua oral, ou seja, a língua auditiva-oral utilizada em seu país, como o Francês, o inglês etc. Outros pesquisaram e defenderam a língua de sinais, que é uma língua espaço-visuo-espacial criada através de gerações pelas comunidades de surdos. Até hoje existem diversas correntes com diferentes pressupostos em relação à educação dos surdos.” (2002, p. 28)

As crianças surdas geralmente não têm acesso a uma educação especializada e é comum encontrar em escolas públicas e até particulares, crianças surdas que estão há anos freqüentando estas escolas e não conseguem adquirir nem a modalidade oral nem a modalidade escrita da língua portuguesa, pois o atendimento ainda é muito precário.

2. FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS

Atualmente, três abordagens filosóficas convivem no Brasil, quais sejam: oralismo, comunicação total e bilingüismo. Pode-se dizer que todas tem relevância e representatividade no trabalho com surdos. As diferentes abordagens causam muitas discórdias e muitos conflitos entre os profissionais que as seguem. Percebe-se que no decorrer da história essas divergências sempre ocorreram, e que em dois momentos, nos anos de 1750 e 1880, as diferentes metodologias foram colocadas em

discussão, definindo uma abordagem considerada a melhor e que, conseqüentemente, deveria ser utilizada em todas as instituições.

Em alguns países do mundo como a Venezuela, existe uma filosofia adotada oficial e obrigatoriamente em todas as escolas públicas para surdos (no caso, a filosofia bilíngüe), mas, como no Brasil, a maioria dos países convive com essas diferentes visões sobre os surdos e sua educação, acreditando que a verdade única não existe e, portanto, todas as abordagens seriamente estudadas devem ter espaço.

2.1. Oralismo

O Oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). A noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos.

De acordo com Goldfeld,

“o Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à “não-surdez”.” (2002. P. 34)

Para alcançar seus objetivos, a filosofia oralista utiliza diversas metodologias de oralização: verbo-tonal, audiofonatória, aural, acupédico etc. essas metodologias se baseiam em pressupostos teóricos diferentes e possuem, em alguns aspectos, práticas diferentes. O que as une é o fato de acreditarem que a língua oral é a única forma desejável de comunicação do surdo e de dedicarem ao ensino desta língua às crianças surdas, rejeitando qualquer forma de gestualização, bem como as línguas de sinais.

A criança surda deve, então, submeter-se a um processo de reabilitação que inicia com a estimulação auditiva precoce, ou seja, que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que quase a totalidade dos surdos possuem, e possibilitá-las a discriminar os sons que ouvem. Pela audição e, em algumas metodologias, também

com base nas vibrações corporais e da leitura oro-facial, a criança deve chegar à compreensão da fala dos outros e por último começar a oralizar. Este processo, se for iniciado ainda nos primeiros meses de vida, dura em torno de 8 a 12 anos, dependendo das características individuais da criança, tais como: tipo de perda auditiva, época em que ocorreu a perda auditiva, participação da família no processo de reabilitação etc. (GOLDFELD, 2002.)

Em relação à criança que não recebe estimulação precoce, Couto diz que ela começara a se comunicar por gestos, o que prejudicará o aprendizado da oralização. A criança deve receber um atendimento precoce “antes que uma linguagem gestual venha suprir as dificuldades de comunicação oral” (COUTO, s/d, p. 18).

Esta ideia é compartilhada por todos os profissionais oralistas, receosos com a possibilidade de a criança surda utilizar a língua de sinais ou qualquer comunicação gestual. A maioria desses autores não reconhece que a língua de sinais é realmente uma língua e a considera prejudicial para o aprendizado da língua oral, seu maior objetivo.

O Oralismo espera que, dominado a língua oral, o surdo esteja apto para integrar-se à comunidade ouvinte. Porém, Leal, Plameiro e Fernandez (1985) afirmam que esta integração ainda não foi alcançada pela maioria dos surdos. As autoras acreditam que essa dificuldade ocorre devido à utilização da linguagem gestual por parte dos surdos. Não é possível saber a que linguagem gestual as autoras se referem, mas o artigo comprova que a realidade no Brasil é que somente uma pequena parte dos surdos consegue dominar razoavelmente o português, e é quase impossível encontrar um surdo congênito que domine a língua portuguesa como um ouvinte.

Ao colocar o aprendizado da língua oral como o objetivo principal na educação dos surdos, muitos outros aspectos importantes para o desenvolvimento infantil são deixados de lado. Apenas profissionais que igualam o conceito de língua oral com o conceito de linguagem podem acreditar que os anos em que a criança surda sofre atraso de linguagem e bloqueio de comunicação não prejudicam o seu desenvolvimento. Se, ao contrário, utilizar um conceito mais amplo de linguagem e se analisar a sua importância na constituição do indivíduo, como ferramenta do pensamento e como a forma mais eficaz de transmitir informações e cultura, percebe-

se que somente aprender a falar (oralizar) por meio de um processo que leva tantos anos é muito pouco em relação às necessidades que a criança surda, como qualquer outra criança, tem.

2.2. Comunicação Total

A filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

Os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem o surdo de forma diferente dos oralistas: ele não é visto apenas como um portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surde como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa (Ciccone, 1990).

A comunicação total, em oposição ao Oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda. Ciccone (1990), afirma que muitas crianças que foram expostas sistematicamente a modalidade oral de uma língua, antes dos três anos de idade, conseguiram aprender esta língua de forma satisfatória, porém, no desenvolvimento cognitivo, social e emocional não foram tão bem-sucedidas.

Uma das grandes diferenças entre a comunicação total e as outras filosofias educacionais é o fato de a comunicação total defender a utilização de qualquer recurso lingüístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas surdas. A comunicação total, como o próprio nome diz, privilegia a comunicação e interação e não apenas a língua. O aprendizado de uma língua não é o objetivo maior da comunicação total. Outra característica importante é o fato de esta filosofia valorizar bastante a família da criança surda, no sentido de acreditar que à família cabe o papel de compartilhar seus valores e

significados, formando, em conjunto com a criança, pela comunicação, sua subjetividade.

Goldfeld (2002) afirma que no Brasil, além da língua brasileira de sinais (libras), a comunicação utiliza ainda a datilografia, também chamada de alfabeto manual (representação manual das letras do alfabeto), o *cued-speech* (sinais manuais que representam os sons da língua portuguesa), o português sinalizado (língua artificial que utiliza o léxico da língua de sinais com a estrutura sintática do português e alguns sinais inventados, para representar estruturas gramaticais do português que não existem na língua de sinais) e o *pidgin* (simplificação da gramática de duas línguas em contato, no caso, o português e a língua de sinais).

A comunicação total recomenda o uso simultâneo destes códigos manuais com a língua oral. Esta comunicação simultânea é possível pelo fato de estes códigos manuais obedecerem à estrutura gramatical da língua oral, ao contrário das línguas de sinais, que possuem estruturas próprias. A comunicação total denomina esta forma de comunicação de bimodalismo e é um dos recursos utilizados no processo de aquisição da linguagem pela criança e na facilitação da comunicação entre surdos e ouvintes. A língua de sinais não pode ser utilizada simultaneamente com o português, pois não se tem capacidade neurológica de processar simultaneamente duas línguas com estruturas diferentes.

A comunicação total acredita que o bimodalismo pode minimizar o bloqueio de comunicação que geralmente a criança surda vivencia, evitando assim suas conseqüências para o desenvolvimento da criança e possibilitando aos pais ocuparem seus papéis de principais interlocutores de seus filhos. A comunicação total acredita que cabe a família decidir qual a forma de educação que seu filho terá. Esta decisão não cabe ao profissional que lida com a criança.

2.3. Bilingüismo

O bilingüismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

Os autores ligados ao bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferentes dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo

não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.

O conceito mais importante que a filosofia bilíngüe traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e línguas próprias. A noção de que o surdo deve, a todo custo, tentar aprender a modalidade oral da língua para poder se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade é rejeitada por esta filosofia. Isto não significa que a aprendizagem da língua oral não seja importante para o surdo, ao contrario, este aprendizado é bastante desejado, mas não é percebido como o único objetivo educacional do surdo nem como uma possibilidade de minimizar as diferenças causadas pela surdez. (GOLDFELD, 2002)

No Brasil existe um hiato entre a quantidade de pesquisas sobre o bilingüismo e a língua de sinais que vem sendo realizadas e a utilização do bilingüismo que, na prática, ainda não foi implantado. São raros os programas televisivos em língua de sinais, não temos interpretes em locais necessários como hospitais, repartições públicas etc.

Em relação à educação pública, é muito raro encontrar escolas que utilizem a língua de sinais em sala de aula. O que ocorre em muitos casos é que os alunos conversam entre si pela língua de sinais, mas as aulas são ministradas em português, por professores ouvintes que não dominam a Libras, o que praticamente impossibilita a compreensão por parte dos alunos. Mas a pior realidade é que grande parte dos surdos brasileiros e seus familiares nem sequer conhecem a língua de sinais. Muitas crianças, adolescentes e até adultos surdos não participam da comunidade surda, não utilizam a língua de sinais e também não dominam a língua oral.

Em relação às três filosofias educacionais, podemos perceber que elas defendem aspectos diferentes em relação à aquisição da linguagem pela criança. A visão que estas filosofias têm em relação à linguagem e sua importância para o desenvolvimento infantil é divergente, mas estas divergências não são claramente explicitadas. A maior parte da bibliografia relacionada à aquisição da linguagem pelos surdos não se aprofunda nas questões teóricas, mas somente nas questões práticas do atendimento à criança surda, o que prejudica bastante os estudos nesta área.

3. DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM

Vygotsky trabalhou e pesquisou todas as áreas de deficiências, inclusive a surdez. O autor afirma que a surdez é a deficiência que causa maiores danos para o indivíduo, ao contrário do que ocorre com os animais, que sofrem maiores danos nos casos de cegueira.

A surdez causa maiores danos ao homem do que ao animal, por atingir exatamente a função que os diferencia, a linguagem e sua infinita possibilidade de utilizações. É a linguagem que permite o salto sensorial, que rege a vida dos animais, para o racional, que rege a vida humana, pelas leis sócio-históricas.

A dificuldade dos surdos ocorre pelo fato de as línguas auditivas-oraís serem as únicas utilizadas pela grande maioria das comunidades, e a surdez impossibilita a criança de adquiri-la espontaneamente.

Pode-se questionar, então, por que a surdez causa tantas conseqüências se o surdo tem um canal (viso-manual) tão competente quanto o canal auditivo-oral para se comunicar. A conclusão é de que o problema do surdo não é orgânico e sim social, cultural. A nossa realidade – do Brasil e da maioria dos países – como mostra o histórico da educação de surdos, é que as crianças surdas não têm contato com a língua de sinais desde pequenas, e como não podem adquirir a língua oral num ritmo semelhante ao das crianças ouvintes, elas sofrem atraso de linguagem.

Os problemas da surdez são decorrentes das questões socioculturais e a educação dessas crianças deve ter como objetivo a minimização destes danos.

Segundo Vygotsky,

é totalmente evidente que toda a gravidade e todas as limitações criadas pela deficiência não tem sua origem na deficiência por si mesma, mas sim nas conseqüências, nas complicações secundárias provocadas por esta deficiência. A surdez por si mesma poderia não ser um obstáculo tão penoso para o desenvolvimento intelectual da criança surda, mas a mudez provocada pela surdez, a falta de linguagem é um obstáculo muito grande nesta via. Por isso, é na linguagem como núcleo do problema onde se encontram todas as particularidades do desenvolvimento da criança surda. (1989, p. 189)

Observa-se então que a surdez em si não deveria ser muito prejudicial, esta não precisa ser considerada uma deficiência que incapacita o indivíduo. A situação

atual dos surdos, a discriminação e a marginalização, ocorre devido às características culturais de nossa sociedade que podem ser modificadas com o crescimento, não em nível quantitativo, mas qualitativo da comunidade surda, aliada a mudança de visão da maioria ouvinte.

Desenvolver habilidades de leitura e escrita é um dos processos mais complexos na área da educação e também um dos mais valiosos, já que por meio dessas habilidades os alunos podem compreender a realidade na qual estão inseridos, levantando hipóteses sobre o mundo e os aspectos que o compõem. Mas, como alfabetizar um aluno que possui surdez? Qual a melhor maneira de fazê-lo? Essas questões são cruciais para definir o tipo de intervenção pedagógica indicada para esses alunos.

Os meios para beneficiar a participação do aluno surdo na sala de aula é língua de sinais, principal meio de comunicação, além de ser obrigatoriedade amparada pelo Decreto Federal.

Sobre a língua de sinais - no caso do Brasil conhecida como Libras - Fernandes (2007) ressalta que:

Essa linguagem visual oferecerá os mesmos elementos simbólicos da linguagem oral para quem ouve, necessários ao desenvolvimento das funções psíquicas superiores, como a memória, o raciocínio lógico, a formação e a generalização de conceitos, entre outros. Ignorando essa condição, a criança estará privada do acesso ao poder de representação que a linguagem verbal oferece e poderá ter prejuízo ao seu desenvolvimento cognitivo (FERNANDES, 2007, p. 91).

Todos os trabalhos realizados no espaço escolar têm que ser contemplado por meio de uma educação bilíngue. Dessa forma, como nos aponta Demázio (2007, p.25): “o trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngüe, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa”.

Para o surdo a leitura e a escrita são aprendizagens extremamente difíceis, é necessário um ambiente com objetivos pedagógicos claramente definidos para que auxiliem os alunos com deficiência auditiva na aquisição da leitura e escrita.

Segundo Bautista (1997), as características mais salientes na escrita de alunos surdos, que o educador deve conhecer para poder avaliar, e ainda que facilitam avaliá-los, são: as pequenas frases simples, com apenas substantivos e verbos, sem, muitas vezes artigos, preposições ou conjunções, ausências, também de tempo verbal, pronomes e ordenação das ideias, bem como uso incorreto de sinais de pontuação e ordenação das frases.

A trajetória escolar de muitas crianças com surdez acaba sendo mal-sucedida devido a um conjunto de fatores que envolvem desde detecção a intervenção do professor, mas, muitos acreditam que o fracasso está aliado a limitação do aluno e não as metodologias adotadas pelo espaço escolar.

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhe impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los (DEMÁZIO, 2007, p. 21).

4. PSICOPEDAGOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

O fracasso escolar é uma realidade que permeia a educação brasileira, de forma geral, por sua vez, várias ações no intuito de minimizar a porcentagem deste fracasso já foram realizadas, entre elas, a ajuda de profissionais como psicólogos, que realizavam trabalhos extraclasse com alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem. Logo, a Psicopedagogia utiliza-se de métodos, técnicas e estratégias da Psicologia e da Pedagogia, entre outras teorias, para atender a esses alunos que apresentam necessidades educacionais especiais para sanar as dificuldades na aprendizagem em seus respectivos percursos escolares.

O psicopedagogo institucional é uma ferramenta auxiliar para orientar professores que possuem em suas salas de aulas alunos com necessidades

educacionais especiais, em destaque, neste trabalho, alunos com deficiência auditiva, para que todos os educandos obtenham êxito no processo educacional. Este pode apoiar e orientar os educadores no contexto escolar.

Conforme salienta Castro (1998, p.4), tornar-se-á mais fácil com o auxílio dos profissionais capacitados para tal tarefa: o psicopedagogo.

para obter êxito, o professor precisa adequar sua intervenção à maneira peculiar de aprender de cada um de seus alunos, em respeito às diferenças individuais e para cumprir a finalidade de intervenção educativa escolar.

Mostrar entre outros elementos educacionais que é importante que o professor não lide com o diagnóstico de aluno surdo como uma barreira ao ensino, fato este de fundamental importância para o processo de inclusão educacional que vivemos atualmente.

Muitos são os fatores que inibem o desenvolvimento intelectual pleno ou em tempo comum para todos os alunos, pois a vida social e cultural em que estão inseridos reflete em seus desenvolvimentos como sujeitos e, principalmente, no ambiente escolar com o desenvolvimento de atividades cognitivas.

Desta maneira, acredita-se que a ação de construção do conhecimento, o sistematizar de idéias, exercitado pelo psicopedagogo revela caminhos de reflexão e estabelece algumas possibilidades de interlocução com diferentes campos do conhecimento, a partir deste olhar psicopedagógico no processo de aprender, o aluno com necessidades educacionais especiais adquirir teoria e saber. Como argumenta Beauclair (2004, p. 11):

O que se configura, então, é a busca por uma maior compreensão sobre o como garantir uma aprendizagem efetiva nos “espaços tempos” da escola e, no caso da formação do/a psicopedagogo/a, que competências e habilidades devem ser desenvolvidas no processo de construção do seu olhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação de surdos é cercada de discussões e controvérsias, desde a antiguidade seus direitos eram vedados impedindo-os de exercer seu papel de cidadãos. A inclusão de pessoas com anomalias, deficiências e diferenças no contexto social dos séculos XII, em especial nas escolas não se ouvia falar.

Os escritos deixados nesta época sobre como alfabetizar os surdos mostram o preconceito e separação de sociedade. A inclusão de crianças surdas na sala regular de ensino é uma presente realidade no atual contexto escolar, com isso os educadores, gestão, coordenadores e demais funcionários desta instituição devem estar aptos profissionalmente para receber esses alunos.

A partir do momento que a escola recebe um aluno com necessidades educacionais especiais, em equipe deve-se trabalhar para que o aluno tenha aprendizagens e avanços em seu entendimento. O professor precisa “atingir” a “zona de desenvolvimento proximal” (VYGOTSKY, 1989, p. 17) do aluno, buscando através da sua mediação possibilitar ao aluno as aprendizagens de forma significativa.

Superar o fracasso escolar é ampliar a possibilidade de análise desses aspectos pedagógicos, que permeiam o ambiente escolar, entre o discurso e a prática que vive o educando, através da apropriação de conhecimentos, construindo-se cidadão através do significado da problematização de suas vivências, de reflexão sobre sua aprendizagem, seu avanço cognitivo.

Para tanto, o profissional da educação formado em Psicopedagogia, que é possuidor de habilidades e competências pode ajudar a produzir práticas educativas capazes de ultrapassar a teoria dos livros e formar indivíduos, possibilitar a todos os alunos o direito de acreditar positivamente em suas diferenças constitutivas, em suas possibilidades de integração, gerar aprendizado e desenvolvimento pleno do autoconhecimento e, conseqüentemente, a possibilidade de manter a autoestima dos educandos.

No âmbito atitudinal, desenvolver ações que propiciem a troca de experiências entre os envolvidos no processo de ensino, a aplicabilidade da política de educação voltada para as relações interativas na escola e, ainda, oferecer subsídios teóricos para a compreensão da relação entre desenvolvimento e aprendizagem e entre o papel dos professores e dos alunos tendo como referencial teórico a abordagem

pedagógica do desenvolvimento humano a partir das várias culturas existentes dentro da escola.

A socialização com os surdos é de relevância específica, pois é por meio das comunicações que eles vão crescer como pessoa, descobrir novos significados para suas expressões, emoções e atitudes. Ou seja, tendo sua real identidade, o aluno surdo poderá se comunicar com ouvintes e não ouvintes, não se sentindo deslocado, pois entendeu sua identificação com outros iguais, isso para o surdo é de extrema importância, ainda mais para as crianças. Como cita o texto de Lacerda (2007), entenderão que no mundo não há só ele, mas outros iguais a ele, e que poderão ter sua própria ideologia, almejando sonhos e um futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTISTA, R. Necessidades Educacionais Especiais. Lisboa: Dinalivro, 1997.

CASTRO, R. Inclusão escolar: fundamentos. Material EAD, UNINTER, 2009

CICCONE, M. Comunicação Total: introdução, estratégia, a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

COUTO, A. o deficiente auditivo de 0 a 6 anos. Rio de Janeiro: Skórprios, s/d.

DEMÁZIO, M. F. M. Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2007.

FERNANDES, S. Educação de Surdos. Curitiba: Ibpex, 2007.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 5ª Ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LEAL, D. B.; PLAMEIRO, M. T.; FERNANDEZ, S. M. A integração do deficiente auditivo. Rio de Janeiro: Rotary Club, 1985.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.